

Fome Zero e a produção de alimentos

A Escola de Veterinária da UFG e o Agronegócio das Cadeias Produtivas Animais

O programa Fome Zero, lançado recentemente pelo presidente da República, é um dos programas mais arrojados já concebidos no País, sob o ponto de vista da justiça social. Mesmo que não atinja totalmente os seus objetivos, mas por inserir na ordem do dia um assunto que envergonha toda a sociedade, por certo trará contribuição, pois parcela da sociedade poderá ser motivada para diminuir tão grave problema.

Atualmente existem milhões de brasileiros que ficam um ou mais dias sem se alimentar, e quando o fazem não são supridas as necessidades mínimas de calorias, proteínas, minerais e vitaminas. Portanto, uma, duas ou três refeições diárias para esse contingente de pessoas podem diminuir drasticamente diversos problemas como os da subnutrição, da falta de saúde e de uma conseqüente susceptibilidade a enfermidades diversas.

A implantação do ambicioso programa do atual governo demandará, de imediato, grande quantidade de alimentos, implicando a exigência do estabelecimento de metas para a produção de alimentos básicos de origens animal e vegetal. Os setores produtivos de aves, suínos, bovinos de corte e leite, peixes, caprinos e ovinos devem ser escolhidos pela capacidade de responder, em curto prazo, ao aumento da demanda na produção de alimentos de origem animal.

A produção animal brasileira, em especial a de alimentos básicos, enfrenta nas últimas décadas problemas causados pela opção de um modelo de desenvolvimento acelerado, tendo



Os setores produtivos têm capacidade de responder ao aumento da demanda na produção de alimentos de origem animal

como fulcro a modernização de alguns setores, via incorporação de tecnologias que demandam muito capital. Algumas áreas da produção animal não acompanharam a evolução do País, em função da falta de apoio básico no que diz respeito aos seus componentes de produção animal como qualidade genética, sanidade e sistemas de produção.

Cabe salientar que a alimentação humana tem despesas mais altas com os produtos de origem animal, e sua privação, obviamente, se dá com mais intensidade nos grupos de renda mais baixa, já com significativa carência de proteínas e calorias.

A proteína de origem animal é imprescindível à alimentação humana, visto que apesar de as pesquisas terem viabilizado espécies de cereais com maiores níveis de aminoácidos essenciais, a quantidade a ser consumida desses cereais ainda não recomenda esta opção. Assim, para obter uma quantidade apropriada de proteína a partir do milho, por exemplo, uma pessoa adulta deveria consumir 1 kg do cereal por dia, enquanto, com cerca de 150g de carne, essas necessidades podem ser supridas.

O último século foi o período áureo das inovações tecnológicas e das descobertas científicas mais importantes para a agropecuária. Vale citar, entre outras, a revolução verde, a adubação química, os defensivos, os pro-

motores de crescimento, a inseminação artificial e outras técnicas ligadas à reprodução, como transferência de embriões, clonagem, transgênicos e demais técnicas genéticas. No entanto, a comunidade científica ligada à produção agropecuária, preocupada com a devastação do cerrado vem recomendando a adoção de tecnologias para que não haja necessidade de incorporação de novas áreas para produção de pasto, grãos e outros alimentos, mas que o aumento da produção de alimentos venha em função do uso de tecnologias e conhecimentos já disponíveis. No Brasil, um estudo realizado nos centros de pesquisa leva em média três anos para ser publicado e até dez anos para ser adotado pelo setor produtivo. A preocupação com o cerrado se justifica, uma vez que este abriga cerca de 30% da biodiversidade brasileira, cujo potencial de riquezas e de contribuições para a humanidade sequer foi devidamente dimensionado.

Goiás apresenta um poten-

cial quase inigualável para atender aos objetivos de alimentar a população de famintos do País. No entanto, há entraves estruturais e conjunturais que, se não removidos, podem comprometer não apenas a participação do Estado, mas todo o programa Fome Zero.

A agroindústria goiana é favorecida por uma privilegiada localização centralizada que possibilita acesso e escoamento da produção a preços relativamente competitivos em relação aos maiores centros consumidores. O Estado possui infra-estrutura, estradas, energia elétrica, telefonia, mão-de-obra – embora nem sempre qualificada –, e instituições de ensino superior, fatores esses que têm contribuído para que grandes grupos econômicos instalem filiais na região.

Apesar do grande potencial, o setor de produção vem encontrando dificuldades para superar diversos obstáculos. O produtor rural brasileiro, verdadeiro herói nacional, é um dos mais injustiçados do mundo. Pagando elevados impostos, juros exorbitantes, enfrentando concorrência desleal e uma corrida insana com os preços dos insumos, transporte e da mão-de-obra, que nunca é vencida ou mesmo acompanhada paritariamente pelos preços dos seus produtos, paradoxalmente por obra e determinação dos executores da política econômica do País, assume perante a opinião pública o papel de vilão da mesa.

Para que haja aumento da produção de alimentos é imprescindível a distribuição de renda, para que os produtos de origem animal possam ser vendidos com vantagem econômica. Para tanto é importante a redução de juros e aplicação de recursos em pesquisa sobre temas que estão travando uma maior expansão.

Os setores de suínos e de aves são os que respondem mais rapidamente aos investimentos e poderão contribuir oferecendo proteína nobre aos programas sociais do governo.

O custo de produção de suínos no Brasil é um dos mais baixos do mundo, sendo de US\$ 0,57 por kg no Brasil, US\$ 0,67 no Chile, US\$ 0,72 no Canadá, US\$ 0,70 nos EUA, US\$ 0,90 no México, US\$ 1,30 na França e US\$ 1,40 na Dinamarca,

o que contribuiu para se exportar 35 toneladas em 1995, 83 toneladas em 1997, 163 toneladas em 2000, 240 toneladas em 2001 e 475 toneladas em 2002. Atualmente Goiás conta com um rebanho de 47.000 matrizes perfazendo um total de 470.000 animais distribuídos em 247 granjas. O peso médio do suíno abatido no nosso Estado gira em torno de 100 kg atingido em 147 dias. No ano de 2002 foram abatidos 977.600 cevados no Estado, totalizando 281.000 toneladas de carne suína. O Estado conta com 16 frigoríficos, que industrializam 70% da carne produzida. Os outros 30% da produção são vendidos *in natura*. 60% da produção é exportada, tanto para outros estados, quanto para outros países. 40% da produção fica no mercado interno. O consumo per capita de carne suína hab/ano do goiano é de aproximadamente 9 kg. O setor gera 1.500 de empregos diretos e 9.000 indiretos

A avicultura também tem se mostrado competitiva no Estado de Goiás. A avicultura goiana de corte já é a 6ª do Brasil, tendo produzido em 2002 mais 315.000 toneladas de carne de frango, das quais 60.000 foram exportadas para outros países e 105.000 para outros Estados. A avicultura de postura também se destaca, sendo a 5ª do País, com uma produção de cerca de três milhões de ovos por dia. O complexo avícola do Estado cresce a cada ano e as perspectivas de crescimento são ainda maiores.

A bovinocultura é um dos orgulhos do Estado; atualmente Goiás possui um rebanho de corte com mais de 14 milhões de cabeças, criadas em mais de 14 milhões de ha de pastagens cultivadas e 5 milhões de ha de pastagens naturais. O efetivo bovino do Estado é o segundo maior do País e a estrutura produtiva é eficiente, de baixo custo e altamente competitiva. A cadeia láctea é um bom exemplo de evolução do agronegócio goiano. Em pouco mais de 10 anos a produção de leite duplicou no Estado, não existe um só município goiano que não produza leite. Goiás conta hoje com mais de 600 unidades industriais de transformação do leite. O setor produziu mais de 2,4 bilhões de litros de leite no ano de 2001

e gerou 220.000 empregos diretos e/ou indiretos, somente com o ICMS, o Estado arrecadou com o leite e derivados R\$ 45 milhões no ano de 2001.

Todos esses números evidenciam a vocação natural do Estado de Goiás para a produção de alimentos de origem animal. Mas como a Escola de Veterinária (EV) da UFG se relaciona com o setor produtivo? A resposta a essa questão vai além da relação Universidade – Comunidade. A EV-UFG é parte do agronegócio goiano, prova disso são os cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência Animal. É um programa de pós-graduação, que possui uma avaliação muito positiva por parte do governo federal (CAPES) e tem formado mestres e doutores que ocupam importantes posições do agronegócio goiano. A EV-UFG ainda oferece outros cursos de especialização em diversas áreas de atuação da Medicina Veterinária. O programa de extensão da EV também contempla o apoio ao setor produtivo, viabilizando uma série de atividades ligadas à formação e treinamento da mão-de-obra rural. O curso de graduação em Medicina Veterinária, num esforço significativo, aumentou de 74 para 100 o número anual de vagas, e hoje coloca à disposição do setor produtivo profissionais de excelente nível técnico.

A EV-UFG é, portanto, parte atuante do sistema de produção animal em Goiás. A parceria que se formou ao longo dos anos entre a EV e o setor produtivo produziu laços de tal magnitude, que hoje seria impossível desvincular um do outro. É claro que a EV-UFG ainda tem muito para avançar e contribuir para que o setor produtivo encontre soluções para os muitos problemas enfrentados, mas não se pode negar que essa parceria tem rendido bons frutos a ambos os lados. A EV-UFG está consciente do seu papel de vanguarda na produção de ciência e tecnologia para o setor do agronegócio goiano, e vai continuar trabalhando incansavelmente para ocupar sempre esse espaço.

*Professores do Departamento de Produção Animal

**Professor do Departamento de Medicina Veterinária